

6 Conclusão

Esta dissertação teve por objetivo traçar a trajetória do Posto Indígena Utirarity através da história da articulação administrativa entre a Comissão Rondon e o SPI, em nome do projeto indigenista. As reflexões presentes no primeiro capítulo disseram respeito ao processo histórico de formação do Território Indigenista Utirarity, buscando sinalizar a atuação da Comissão Rondon no sentido de rebatizar o espaço geográfico (1907) que constituía o território indígena Paresí – atribuindo-lhe novas denominações a partir dos interesses governamentais –, e instalar uma estação telegráfica na localidade (1909).

Após a fundação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (1910) e a subsequente inauguração da Inspetoria Regional do SPILTN para o estado do Mato Grosso (1911), tomou forma a instalação de postos indígenas na região. O argumento principal do capítulo consiste em dizer que a estação telegráfica e o posto indígena instalados dentro do território étnico Paresí produziram o Território Indigenista Utirarity.

A estação e o posto compunham o território indigenista, e o seu funcionamento integrado ao longo do tempo enquanto unidades administrativas estatais construíram e consolidaram Utirarity. Para a compreensão do processo histórico utilizei-me do conceito de territorialização definido como um processo político, simbólico e cultural de transformação de territórios étnico-indígenas em territórios estatais-indigenistas.

Como sinalizado, a ideia de “território” é uma construção que não dizia respeito aos índios. A ideia de pertencimento a um lugar fixo²⁰⁷ não fazia parte das concepções dos sujeitos históricos Paresí. Entretanto, ao se referirem aos terrenos habitados pelos grupos indígenas, os agentes estatais os classificavam como “territórios”. Por sua vez, as sociedades indígenas construíam em seus próprios termos, parâmetros culturais e de percepção geográfica as marcas referenciais que estabeleciam os limites de suas territorialidades em relação às terras ocupadas por índios de outras etnias e às terras delimitadas pelo Estado.

²⁰⁷ Ver OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** Mana. Estudos de Antropologia Social, 4(1). Rio de Janeiro, 1998.

No segundo capítulo da dissertação busquei mais detidamente pensar sobre a ação da Inspetoria indigenista do Mato Grosso e o exercício do cargo de inspetor. Procurei pensar sobre a importância atribuída à função dos inspetores do SPILTN – pelo documento de 1912 do ministro da agricultura, indústria e comércio Pedro de Toledo – e sobre a tarefa de comandar a Inspetoria na prática – expressa no relatório de 1914 de autoria do inspetor José Jardim – e percebi que a visão externa e a visão interna discrepavam.

Propus-me também tecer reflexões sobre o território “imaginado” nacional e o território “realizado” como nacional. Acabei por detectar que a Inspetoria atuava no sentido de aplicar um projeto político-estatal orientado por ideários, valores e símbolos específicos – que compunham o imaginário positivista – numa porção territorial concreta administrada pelo Estado republicano de princípios majoritariamente liberais.

As aproximações entre o Estado e o positivismo se materializavam nas relações entre os agentes estatais e membros do Exército que adotavam as concepções doutrinário-filosóficas da “Religião da Humanidade” como diretrizes orientadoras das ações políticas. O Exército era percebido como a instituição mais adequada e qualificada para aplicar projetos políticos governamentais aos territórios sertanejos do Brasil que eram habitados por grupos indígenas.

O argumento central do capítulo passa pela compreensão da atuação da Inspetoria Regional do SPILTN para o estado do Mato Grosso e a atuação da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA) enquanto ações simultâneas e planejadas em conjunto em prol do êxito das políticas indigenistas do Estado republicano.

Nas entrelinhas do discurso indigenista pude perceber a afirmação dos índios enquanto sujeitos históricos e não apenas como objetos da administração estatal. Os grupos indígenas do Mato Grosso supostamente pacificados mantinham relações constantes e freqüentavam os aldeamentos/acampamentos militares-indigenistas, de acordo com a conveniência de seus interesses. Tais interesses se materializavam na reivindicação por objetos que não pertenciam a sua cultura material – aos quais atribuíam sentidos e usos próprios – e na busca pela formação de alianças com os agentes representantes do governo.

A partir das representações discursivas do indigenismo estatal constatei a participação ativa dos índios no processo histórico de territorialização de suas terras. Da territorialização em curso os índios também participavam como trabalhadores das estações telegráficas e postos indígenas. Não eram submissos ao processo e tampouco exerciam estas funções apenas no intuito de colaborar com os agentes indigenistas, pois possuíam motivações políticas e culturais próprias.

O pensamento desenvolvido no terceiro capítulo é fundamental para a compreensão do objetivo da dissertação, pois buscou conectar dois conceitos-chave do presente estudo: a territorialização e a nacionalização. Busquei situar o Posto Indígena Utiarity dentro de um conjunto administrativo de postos indígenas gerido pela Inspetoria do Mato Grosso. O Território Indigenista Utiarity passa a ser visto como parte de um conjunto de territórios indigenistas cuja gestão ficava oficialmente a cargo do SPI - órgão que representava o estado nacional perante as sociedades indígenas da região – e extra-oficialmente a cargo da Comissão Telegráfica.

A continuidade da contribuição administrativa mútua entre a Inspetoria e a Comissão Rondon, ao longo da década de 1910 e 1920, pôde ser observada na análise mais pontual realizada sobre as especificidades do Território Utiarity. Desta maneira percebi que o projeto de territorialização do espaço habitado pelos Paresí, executado inicialmente pela Comissão no final da primeira década do século XX, foi levado adiante pela Inspetoria nos anos posteriores consolidando o caráter indigenista do território criado.

Assim, numa leitura mais detida de documentação referente à Utiarity, pude constatar que implicitamente vigorava um modo de proceder governamental sintetizado na idéia da “nacionalização pela territorialização”. Territorializar para nacionalizar constituía a prática indigenista estratégica presente desde os primórdios da construção do Território Utiarity.

O projeto estatal de integração de territórios sertanejos ao território nacional passava inevitavelmente pela incorporação das populações indígenas que os habitavam à sociedade nacional. O Estado atuando e se auto-representando como o grande mediador desta conquista civilizacional, através do Exército, colocava em prática políticas indigenistas nacionalizantes visando criar laços de identificação entre os índios e a nação brasileira.

Por sua vez, foi detectado que o espaço territorializado pelos agentes do governo já estava marcado por uma territorialização própria aos grupos indígenas locais. As relações inter-étnicas anteriores à interferência do Estado já criavam por si uma territorialização específica para aquele espaço geográfico. Apesar do re-ordenamento social dos índios deflagrado a partir do intervencionismo estatal, ocorria de forma simultânea novos re-arranjos territoriais indígenas baseados em seus parâmetros culturais de demarcação do espaço físico. Os índios apropriavam-se do espaço à sua maneira de acordo com a sua perspectiva cultural e intenções “políticas” de seus grupos.

No último capítulo o argumento-chave consiste no entendimento da territorialização enquanto um processo simbólico e cultural de produção de territórios. Dentro desta dimensão simbólico-cultural está presente a questão das identidades. O território passa a ser assim compreendido enquanto parte constitutiva da formação identitária de um grupo social. O Território Indigenista Utiaity passa a integrar a identidade étnica Paresí; torna-se constitutivo da identidade cultural dos índios. À identificação vinculada ao território étnico-indígena configurado anteriormente à construção de Utiaity, agrega-se esta nova ligação dos Paresí com o território indigenista para o qual foram atraídos.

Através da análise de documentos que atestam o processo de decadência e do fechamento (1932) do Posto Indígena Utiaity – e da subsequente transferência dos Paresí (1934) – pôde ser contada a trajetória de um estabelecimento indigenista que imprimiu vigorosas marcas aos agentes sociais – índios e não-índios – que lá conviveram ao longo de mais de duas décadas. Esta convivência política, cultural e social dos agentes históricos tomou forma em meio a um projeto governamental de aplicação de políticas indigenistas de nacionalização à grupos etnicamente diferenciados.

No entanto, o projeto de territorialização, nacionalização e colonização levado a cabo pelo Estado republicano em nome da civilização não deixou de ser apropriado, desvirtuado e subvertido pelos indígenas de diferentes maneiras. Assumir a identidade nacional – o “ser brasileiro” – não implicava na perda da identidade étnica-indígena – o “ser Paresí”.

No percurso do desenvolvimento das reflexões que deram forma e conteúdo a esta dissertação pude visualizar as políticas indigenistas dentro de um

projeto mais amplo de nação. As políticas de governo sobre os índios passaram a ser percebidas enquanto parte constitutiva de macro-políticas nacionais estratégicas. As políticas aplicadas aos grupos indígenas habitantes do território brasileiro estavam intrinsecamente associadas a outras políticas de Estado; não eram pensadas isoladamente.

Percebi no Brasil da transição do século XIX para o XX uma coexistência entre dois modelos de república distintos: o projeto positivista dentro do Estado liberal. O liberalismo e o positivismo eram duas correntes políticas em disputa no processo de adaptação do Estado brasileiro aos moldes republicanos. Dentro do projeto liberal vencedor – inspirado no modelo norte-americano – eram simultaneamente colocadas em prática políticas inspiradas no pensamento positivista – que tomava o “modelo francês” como o ideal para a república brasileira²⁰⁸.

Uma reflexão sobre os limites entre teoria e prática nos auxilia a pensar sobre as conexões e distanciamentos entre o liberalismo e o positivismo. A aproximação entre estas duas correntes pode ser interpretada como uma combinação de interesses políticos. Dois projetos teoricamente divergentes foram tornados conciliáveis a partir das necessidades políticas pragmáticas da nascente república. A realidade sócio-política do país unia o que a teoria afastava.

A necessidade de proteção às fronteiras internacionais do território nacional junto à necessidade de expandir o circuito telegráfico brasileiro levaria a camada dirigente liberal a dar o aval à ação do exército²⁰⁹ – constituído em grande parte por defensores do positivismo²¹⁰ - na organização de frentes de expansão. Visando a maior integração das diferentes regiões do território brasileiro com a capital da república através do sistema estatal de comunicação, a idéia consistia em expandir a influência administrativa do governo federal sobre territórios e populações afastadas do centro político-econômico do país.

²⁰⁸ Ver CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁰⁹ O aval à ação do exército foi corporificado através da criação das comissões telegráficas e do SPI; pela atuação das equipes indigenistas que constituíam estes órgãos.

²¹⁰ Ver LIMA, Antonio Carlos de Souza. “O governo dos índios sob a gestão do SPI”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Na atuação do exército na construção de estações telegráficas na região de Mato Grosso a partir de 1890 – portanto dentro de um contexto de políticas estatais orientadas por princípios republicanos – o projeto positivista logra conquistar seu espaço político no Estado. Os defensores do positivismo, sempre em busca de ganhar maior peso político e se infiltrar mais profundamente nas questões estatais, percebem na plataforma da “causa indígena” uma maneira de concretizar seus interesses²¹¹.

Aqui há a expressão de um embate: o positivismo atacava o liberalismo como modelo de pensamento ineficaz no que diz respeito à proposição de medidas políticas concretas que pudessem viabilizar o tratamento político mais adequado aos grupos indígenas nascidos no território nacional e habitantes das terras pelas quais as linhas telegráficas teriam que passar. Os positivistas – membros do exército, das comissões telegráficas e do Serviço de Proteção aos Índios – atuariam em nome do Estado liberal brasileiro, representando-o perante frações da sociedade nacional.

A experiência regional dos trabalhos realizados pelos militares positivistas junto a algumas populações indígenas habitantes do Mato Grosso ganharia notoriedade e respaldo dos dirigentes republicanos e seria parcialmente responsável pela elaboração de um modelo estatal historicamente novo de tratamento político de grupos indígenas. Uma vez vista positivamente a experiência indigenista adquirida no Mato Grosso viria a ser compreendida como capaz de fornecer diretrizes para a elaboração de políticas de Estado com o potencial de serem estendidas para o âmbito nacional. As práticas indigenistas acabariam por conciliar o liberalismo com o positivismo no contexto histórico inicial da república; conciliação esta que viria a se consolidar com o tempo e seria bem ilustrada na fundação do SPILTN em 1910.

Não podemos deixar de ter em vista que as diferenças entre os projetos de governo liberal e positivista continuavam a existir e permaneciam em disputa. Entretanto, no que tange à questão indígena, a proposta positivista seria incorporada como oficial pelo Estado liberal, o que reforça o argumento da existência simultânea de projetos de república distintos na teoria, porém

²¹¹ Ver GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1989.

negociados no campo da política pragmática. Uma coexistência aparentemente contraditória, mas que acomodava interesses de ambos os lados.

Por fim, pudemos vislumbrar ao longo do processo histórico descrito nesta dissertação que através da atuação da Comissão Rondon, do SPI, da Inspetoria regional, das estações telegráficas e dos postos indigenistas, o Estado republicano brasileiro submeteu o território étnico-indígena Paresí a um processo de colonização. A transformação de um território indígena em um território indigenista em nome do governo centralizador do Rio de Janeiro acarretaria profundas transformações históricas no espaço geográfico e nas populações indígenas identificadas com aquelas terras. O território estatal-indigenista *Utariaty*, como dito, deixou impressas marcas indeléveis nos corpos, memórias e trajetórias dos sujeitos históricos que lá vivenciaram experiências de trocas políticas e culturais.

No entanto, os índios juridicamente ditos incapazes, mas socialmente autônomos protagonizavam formas particulares de integração à nação que se distinguiam das projetadas e elaboradas pelo Estado brasileiro. Dentro do território estatal e a despeito do autoritarismo dos agentes governamentais os grupos étnicos transitavam de forma autônoma. As práticas indígenas não se enquadravam plenamente ao projeto indigenista, pois a este os índios concediam olhares e respostas próprias.

Aos entusiastas da “Ordem e Progresso” os grupos indígenas representavam imaginariamente a desordem e o atraso. Por sua vez, pelo estudo dos acontecimentos históricos pudemos constatar que foram os grupos nacionais que efetivamente deflagraram a desorganização social dos índios, representando a desordem. Na perspectiva étnica e culturalmente diferenciada dos indígenas a idéia de progresso não era vazia; todavia, por estes sujeitos históricos tal idéia era propositadamente esvaziada de sentido.